

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS MATEMÁTICAS E DA NATUREZA

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

A REDE BANCÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL

GILBERTO POLASTRELI RODOLFO

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. LIA OSÓRIO MACHADO

MONOGRAFIA SUBMETIDA AO DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA COMO
REQUISITO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE BACHAREL EM GEOGRAFIA

RIO DE JANEIRO

1999

Sumário

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| 1. SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA | 3 |
| 1.1. <i>Sistema Bancário e Financeiro Global</i> | 3 |
| 1.2. <i>Sistema Bancário e Financeiro Nacional</i> | 5 |
| 1.3. <i>Breve Histórico do Desenvolvimento da Rede Bancária na Amazônia Legal</i> | 6 |
| 1.4. <i>A Problemática</i> | 7 |
| 1.5. <i>Questionamentos</i> | 7 |
| 1.6. <i>Justificativas do Tema</i> | 8 |
| 2. METODOLOGIA | 9 |
| 3. DESENVOLVIMENTO | 10 |
| 3.1. <i>Evolução da Rede Bancária na Amazônia Legal (1961 – 1995)</i> | 10 |
| 3.2. <i>A Atual Configuração Territorial da Rede de Agências Bancárias e sua relação com o processo de urbanização</i> | 20 |
| 3.3. <i>Estratégias Locacionais dos Bancos Governamentais e Privados</i> | 22 |
| 3.4. <i>Densidades Bancárias em Estados Selecionados da Amazônia Legal e Nas Suas Respectivas Capitais Estaduais</i> | 24 |
| 3.5. <i>Bancos Atuantes na Amazônia Legal</i> | 26 |
| CONCLUSÕES | 31 |

INTRODUÇÃO

Esta monografia é o resultado do subprojeto de pesquisa desenvolvido como bolsista de iniciação científica do CNPq (1997 – 1999) no âmbito do LAGET (Laboratório de Gestão do Território) que trata da Rede Bancária na Amazônia Legal no período de 1961 – 1999. Insere-se no Projeto Integrado de Pesquisa “Redes, Território e Governo Local na Amazônia”, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Lia Osório Machado.

O presente trabalho tem a finalidade de abordar a temática do sistema bancário financeiro. Deriva de um esforço de compreensão que inclui tanto o processo de urbanização verificado na Amazônia Legal quanto à política de integração econômica da região ao mercado econômico nacional, os quais se encontram intimamente associados à expansão da rede de agências bancárias na Amazônia.

O capital bancário é um elemento preponderante na estruturação do espaço. Com suas sedes sociais instaladas nas grandes cidades, os bancos exercem papel de controle sobre as atividades das cidades subordinadas e das suas respectivas áreas de influência ao drenarem um volume máximo de recursos financeiros oferecidos pelos clientes potenciais dos diversos núcleos urbanos.

Na sociedade capitalista atual a função básica dos grandes bancos, incluindo-se aí tanto os de varejo¹ quanto os de atacado², é o fomento a economia. Serviços bancários como empréstimos e créditos são apenas alguns tipos de operações financeiras que são constantemente demandadas pelos agentes responsáveis pelos investimentos diretos³ na economia de um país. Ademais, são os citados serviços requeridos por uma cidade que são detidamente avaliados para que uma instituição bancária viabilize sua estratégia locacional.

O trabalho em tela tem como escopo precípua a análise da disposição espacial das agências bancárias da Amazônia Legal, demonstrando sua relação com o processo de

¹ Bancos destinados à pessoa física.

² Bancos destinados à pessoa jurídica.

³ Entende-se por investimentos diretos na economia de um país, região, etc, a instalação de, por exemplo, indústrias que contribuirão para aumentar a produtividade e o número de empregados. Desta forma, difere dos chamados investimentos indiretos, pois estes são concentrados somente nas bolsas de valores e no ambiente das atividades financeiras das taxas de juros e câmbio de maior conveniência. É, por isso, um tipo de investimento considerado “nebuloso”, uma vez que um volume excessivo de capitais pode gerar expansão da base monetária e inflação acarretando a desestabilização de economias nacionais.

urbanização e com a integração econômica da região ao mercado econômico nacional. Foi direcionada enorme atenção as políticas financeiras adotadas pelo governo federal em diferentes épocas (Reforma Financeira 1964 / 1967, PROER – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional de 1995, PROES – Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária de 1997), já que elas contribuíram em igual importância para o desenvolvimento e a consolidação da atual configuração territorial da rede de agências bancárias na Amazônia Legal.

Foi comprovada a hipótese básica do trabalho, que consiste num paralelismo entre o tamanho urbano e o total de agências bancárias das cidades, isto é, quanto maior o tamanho urbano, maior será o total de agências bancárias.

Foi levantada a hipótese de uma diferenciação das estratégias locacionais dos bancos governamentais e privados que operam na Amazônia Legal. Foi comprovado mediante a coleta dos dados que os bancos privados privilegiam indubitavelmente o potencial de negócios dos clientes, enquanto os governamentais podem ser implantados por motivos político-administrativos. Neste sentido, foram descobertos quais os espaços de atuação privilegiados por estas instituições, além de ser comprovado que os estados mais atrasados economicamente da Amazônia legal têm maior presença de bancos públicos.

Foi demonstrada e analisada numa perspectiva evolutiva a participação dos diversos bancos que atuam em território amazônico. Foi direcionada atenção especial ao comportamento do Bradesco – maior banco privado do Brasil -; dos bancos estaduais; e do banco do Brasil – instituição bancária pública com a maior rede de atendimento em todo o Brasil. Além disso, intentou-se compreender o aumento exponencial das agências dos bancos privados estrangeiros na Amazônia Legal.

Finalmente, este trabalho evidenciou um importante fator de diferenciação territorial determinado pelo capital bancário e financeiro⁴ que é a densidade bancária, entendida aqui não como uma relação entre número de agências e superfície em km², mas entre aquela e população absoluta.

⁴ É comum tratar o sistema bancário e o sistema financeiro como se fossem a mesma coisa. Entretanto, o primeiro se atém na criação e controle do suprimento de dinheiro de um país. Só é considerado capital o dinheiro que se destina a investimentos. Já o sistema financeiro engloba, entre outros aspectos, as atividades de geração de renda mediante as diferenças das taxas de juros e câmbio (Bolsas de Valores).

1. SISTEMA BANCÁRIO E FINANCEIRO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

“Pelo mérito de ser um ativo bancário, o capital financeiro adquiriu a habilidade extremada de adicionar valor a si mesmo.”

Karl Heinrich Marx (1818 – 1883)

1.1. Sistema Bancário e Financeiro Global

A economia de mercado funciona, hoje, com a ajuda dos bancos internacionais de investimentos, ou seja, de um sistema de geração de compra e venda de crédito (STRANGE 1986 In MACHADO 1996, p.38). Assim, quem controla o acesso ao dinheiro e ao crédito goza de considerável poder na atual conjuntura financeira internacional. Isto quer dizer que, além naturalmente dos governos nacionais, especialmente os bancos e os operadores do sistema financeiro são os mais expressivos agentes portadores de poder da atualidade (MACHADO 1996).

Com efeito, a disputa pelo controle do mercado de dinheiro entre bancos e instituições financeiras (Companhias de Seguros, Bolsas de Valores, etc.) ampliaram substancialmente o sistema financeiro, onde, cada vez mais, se multiplicam as possibilidades de geração de renda não somente pelo jogo internacional de diferenças de juros e de câmbio, mas pela expansão geográfica das bolsas de valores e pela necessidade de intermediação financeira que exige a junção de mais de um banco para se obter o montante desejado para alguns tipos de operações típicas do atual ambiente financeiro mundial (fusões, aquisições, incorporações, joint-ventures, etc.).

Deste modo, o sistema bancário e financeiro mundial assumiu a partir do pós-guerra, um papel crucial, como um subsistema, na mega-estrutura do sistema capitalista mundial, facilitando sobremaneira as relações de desigualdade e dominação intrínsecas a este último e contribuindo amiúde para o seu desenvolvimento (SOUTO, 1998). Neste sentido, observa-se uma valorização diferenciada das cidades ou mesmo de regiões: há regiões gestoras e geridas, inseridas no macro universo das articulações das estruturas dominantes de poder e que atualmente contribui para a configuração de um sistema financeiro global.

A partir da década de 1970, observa-se um fortalecimento do sistema bancário em escala global e, conseqüentemente, uma maior importância estratégica atribuída a este sistema. Foi exatamente na referida década que os Estados Unidos reafirmaram seu poder ao deixarem as taxas de câmbio flutuarem livremente, transferindo o custo de manutenção do sistema para seus aliados. No entender de GILPIN, os Estados Unidos foram os primeiros a perceber a natureza do mercado que se expandia, manipulando-o segundo seus interesses econômico-financeiros e estratégicos. Outra característica não menos importante da década em questão, foi a aceleração do processo de desregulamentação⁵ do sistema bancário e financeiro, nessa ocasião liderada pelos Estados Unidos que, ao abolir as regras para a cobrança de comissões pelos negociantes de crédito, incentivou a competição entre bancos e operadores financeiros mencionada alhures (MACHADO 1996).

Um fato que se torna imperioso destacar a respeito da desregulamentação que se iniciou na década de 1970 é o que SUSAN STRANGE denomina de “significant ignorance”, ou seja, atividades importantes do sistema bancário internacional deslizaram para fora do controle de quaisquer autoridades monetárias.

A principal razão para essa redução da capacidade regulatória dos Estados foi a internacionalização das atividades bancárias, aliada ao fato de instituições não bancárias (corretoras de seguros, por exemplo) terem começado a realizar atividades essencialmente bancárias.

Em conseqüência, os agentes do sistema bancário e financeiro foram levados a assumir maiores riscos ao transmitir aplicações para os diversos mercados com base nas vantagens comparativas das taxas de juros e câmbio em verdadeiras operações em rede⁶, e a engendram novos mecanismos para a criação e negociação de créditos. Tudo isto foi possibilitado, e são, cada vez mais, estimulados pela revolução das tecnologias da informação (teleinformática e telecomunicações), as quais submeteram os negócios do ramo bancário e financeiro ao paradigma do tripé velocidade/ conectividade/ intangibilidade. Isto quer dizer que à medida que surgiram as novas tecnologias da

⁵ Ato do Estado de abrir mão de regular a economia, deixando que a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços fluam livremente segundo as leis do mercado.

⁶ Há várias propostas de tipologias de rede na literatura disponível. Todavia, a que melhor se enquadra no cenário bancário-financeiro atual é a noção de rede como um suporte técnico-informacional estruturador do território que permite cada vez mais a transmissão veloz de recursos financeiros até mesmo a mercados financeiros geograficamente mais dispersos.

informação, estas foram sendo rapidamente absorvidas pelo sistema, atribuindo-lhe flexibilidade e rapidez no seu funcionamento (SOUTO 1998).

Por conseguinte, pode-se perceber na estrutura e no funcionamento do sistema bancário-financeiro as propriedades consagradas pela revolução tecnológica. Com efeito, o setor bancário e financeiro foi o que mais se beneficiou dos avanços na tecnologia da informação.

1.2. Sistema Bancário e Financeiro Nacional

O Brasil tem o maior e, provavelmente, o mais complexo sistema bancário-financeiro na América Latina, cujo desenvolvimento, nos últimos anos, foi marcado pelo processo inflacionário. Os grandes bancos se utilizavam de inúmeros artifícios para conseguir lucros. Foi prática comum entre as instituições a aplicação de seus ativos em títulos públicos favorecendo-se dos juros exorbitantes. Outra maneira de ampliação dos seus lucros foi fixar a taxa de juros dos tomadores de empréstimos maior que a taxa de inflação (Corrêa, 1995).

Assim, o longo período de convivência com o processo inflacionário permitiu que ganhos com a inflação compensassem ineficiências administrativas. Entretanto, o Plano Real instituído em 1994 engendrou reformas institucionais voltadas inteiramente para o combate à inflação. Diante deste novo quadro de estabilidade de preços, verificou-se uma total incapacidade das instituições bancárias em promover espontaneamente os ajustes necessários para sua sobrevivência nesse novo ambiente econômico.

Foi nesse contexto que o PROER estimulou a reestruturação bancária através dos processos de incorporações e fusões. Assim, algumas instituições brasileiras como o banco Excel-econômico foi comprado pela instituição bancária espanhola Bilbao Vizcaya (BBV) em setembro/outubro de 1998; o banco Real que foi incorporado em abril de 1999 pelo holandês ABN-Anro Bank; além do Bozano Simonsen e Meridional incorporados pelo também espanhol Santander em janeiro de 2000.

Deste modo, é traço marcante no novo sistema financeiro do país a aceleração do processo de concentração bancária, ou seja, a existência de poucos mas grandes estabelecimentos financeiros. A opinião corrente entre os estudiosos é que o número de bancos, num futuro próximo, poderá diminuir. Todavia, o tamanho do sistema tende a

aumentar, visto que, no atual mundo globalizado, mais e mais pessoas e empresas vão demandar serviços bancários.

1.3. Breve Histórico do Desenvolvimento da Rede Bancária na Amazônia Legal

A partir da década de 60 verificou-se uma enorme expansão do número de agências bancárias na Amazônia. O aumento populacional nos centros urbanos e a gradativa integração econômica da região ao mercado nacional foram os principais elementos responsáveis por esta ampliação da rede bancária regional. Além disso, cabe ressaltar a reforma financeira (1964 – 1967) como outro fator de estruturação do sistema bancário-financeiro na Amazônia Legal.

A aceleração do desenvolvimento capitalista no Brasil que ocorreu a partir da década 50 constituiu-se no fator fundamental da expansão do sistema bancário nacional. Inicialmente, a rede bancária era constituída por pequenos bancos locais, muitos dos quais efêmeros, logo tendo sido incorporados por outros e, posteriormente, pela criação de inúmeras unidades bancárias subordinadas aos bancos de maior porte (Corrêa, 1991).

Segundo Ferreira (1991), os bancos no início da década de 60 eram caracterizados, de uma forma geral, por serem de pequeno porte e terem alcance espacial mínimo, uma vez que atuavam, eminentemente, a nível regional, estadual ou mesmo local.

Entretanto, a expansão do sistema bancário ganha impulso com a reforma financeira de 1964 –1967, onde, segundo Corrêa (1989), se fez baseado num processo de concentração - dispersão, com a diminuição progressiva do número de bancos e o aumento, também progressivo, do número de agências. Só para elucidar a mudança estrutural no sistema bancário nacional que esta reforma propiciou, Corrêa (1989) enfatiza que cada banco em 1961 controlava em média 15,7 agências, enquanto que na década seguinte a média de agências controladas por sedes sobe para 52,9.

Assim, já nos anos seguintes à implantação da reforma financeira, desapareceram numerosos pequenos bancos locais que atuavam através de uma única localização, não possuindo nenhuma agência subordinada. Simultaneamente ao desaparecimento dos pequenos bancos locais, emergem os bancos de atuação regional e, em seguida, à medida que a concentração prossegue, bancos atuando nacionalmente. É neste contexto que começam a surgir os poderosos conglomerados financeiros do país, os quais estendem,

mesmo que de forma embrionária, suas agências por quase todo território nacional, com especial destaque para as redes nacionais do Bradesco, Itaú, Bamerindus, Real, etc.

Esta reforma foi implementada pelo governo federal com o claro intuito de se criar um setor bancário forte e solidamente estruturado para atender a crescente demanda de investimentos para a modernização e expansão do parque industrial, além da ampliação do crédito ao consumidor e o aumento da poupança nacional.

1.4. A Problemática

A problemática da pesquisa em pauta consiste na relação existente entre a disposição espacial das agências bancárias na Amazônia Legal com a urbanização e com a política de integração econômica da região ao mercado nacional.

1.5. Questionamentos

Abaixo há uma questão central que norteará a totalidade do presente trabalho. Subjacentes ao questionamento central verificar-se-á seus desdobramentos mais imediatos, isto é, um conjunto de questões que irão contribuir para a edificação teórica da monografia.

Como/ Qual é a atual configuração da Rede Bancária na Amazônia Legal?

- a) Que fatores políticos e econômicos permitiram e/ou contribuíram para a expansão da rede bancária na Amazônia Legal?
- b) Qual a importância do Estado no desenvolvimento bancário da região?
- c) Quais os principais centros gestores da atividade bancária na Amazônia Legal?
- d) Que racionalidade vem sendo edificada pelos agentes financeiros para saberem se um determinado núcleo urbano é um potencial atrator de agências bancárias?
- e) Existe alguma relação entre instalações de agências bancárias em núcleos urbanos de economia incipiente e atividades ilegais nestes espaços?
- f) As cidades com maior densidade bancária exercem efetivamente um papel de controle sobre cidades subordinadas e suas respectivas áreas de influência? Quais mecanismos financeiros que permitem tal controle?

g) Em que áreas da região amazônica há, atualmente, repulsão de agências bancárias? Por outro lado, que regiões têm mais atraído bancos? Quais os motivos (fatores locacionais e econômicos) responsáveis por esta dinâmica?

1.6. Justificativas do Tema

“O sistema bancário e financeiro tornou-se com a globalização da economia um campo privilegiado para o exercício das relações de poder”

Pedro Luiz Dalcerro

Primeiramente, o sistema bancário-financeiro é hoje um dos indicadores mais importantes da integração econômica da região amazônica ao espaço nacional e deste com o espaço internacional. Só para citar um exemplo, já há vários bancos estrangeiros (HSBC Bank Brasil, ABN AMRO, BILBAO VIZCAYA, SUDAMERIS, SATANDER, etc.) atuando na Amazônia Legal.

Outra justificativa é que a Amazônia brasileira apresenta uma especificidade na espacialização do sistema bancário por se tratar de uma fronteira de povoamento, caracterizada pelo aparecimento de novas cidades e por uma forte intervenção estatal.

Finalmente, há de se destacar a importância do sistema bancário-financeiro no atual mundo globalizado, uma vez que a globalização permitiu o deslocamento de uma parcela considerável de crédito das instituições fazendárias do Estado para os bancos internacionais de investimento (MACHADO 1996).

2. METODOLOGIA

A organização da pesquisa que conduziu o desenvolvimento desta monografia consistiu no mapeamento da distribuição espacial das agências bancárias dos diversos bancos que operam na Amazônia Legal e do total de população urbana das cidades para os anos de 1961, 1971, 1981, 1985, 1995, 1999. Para isso, diversos procedimentos foram implementados. Alguns relativos a coleta de dados, estatísticos e geocodificados, outros que dizem respeito a transposição destes dados para o meio digital, e, por fim, à elaboração e análise dos mapas e gráficos.

Deste modo, elaborou-se os dados estatísticos no Excel para os anos já mencionados, entre os quais, destacam-se: total de agências bancárias e habitantes por núcleo urbano, com vistas a demonstrar o paralelismo existente entre tamanho urbano e o total de agências bancárias para as cidades pertencentes à alta hierarquia urbana; Evolução do número de agências bancárias nas cidades da Amazônia Legal para os anos referidos anteriormente; Evolução do total de agências bancárias nos estados da Amazônia Legal; Evolução do total de agências bancárias em toda a Amazônia; total de agências por cidades, diferenciando as variáveis que representam os bancos governamentais dos privados, objetivando-se verificar os lugares privilegiados para os bancos privados atuarem; Número de agências dos principais bancos governamentais (Banco do Brasil, C.E.F, Bancos Estaduais e o BASA) e privados (Bradesco, HSBC Bank Brasil e Itaú) que atuam na região.

Após esta primeira etapa, foram elaborados os mapas através da cartografia automatizada e de Sistema de Informações Geográficas (SIG). Todos os mapas foram feitos no programa Atlas Gis. A malha territorial adotada foi a malha municipal da Amazônia Legal do IBGE de 1994. Foram utilizados como fontes o Guia Bancário dos anos de 1961, 1971, 1981, 1985, 1995, 1999; os Censos Demográficos do IBGE dos anos de 1960, 1970, 1980, 1991; além da Contagem Populacional de 1996.

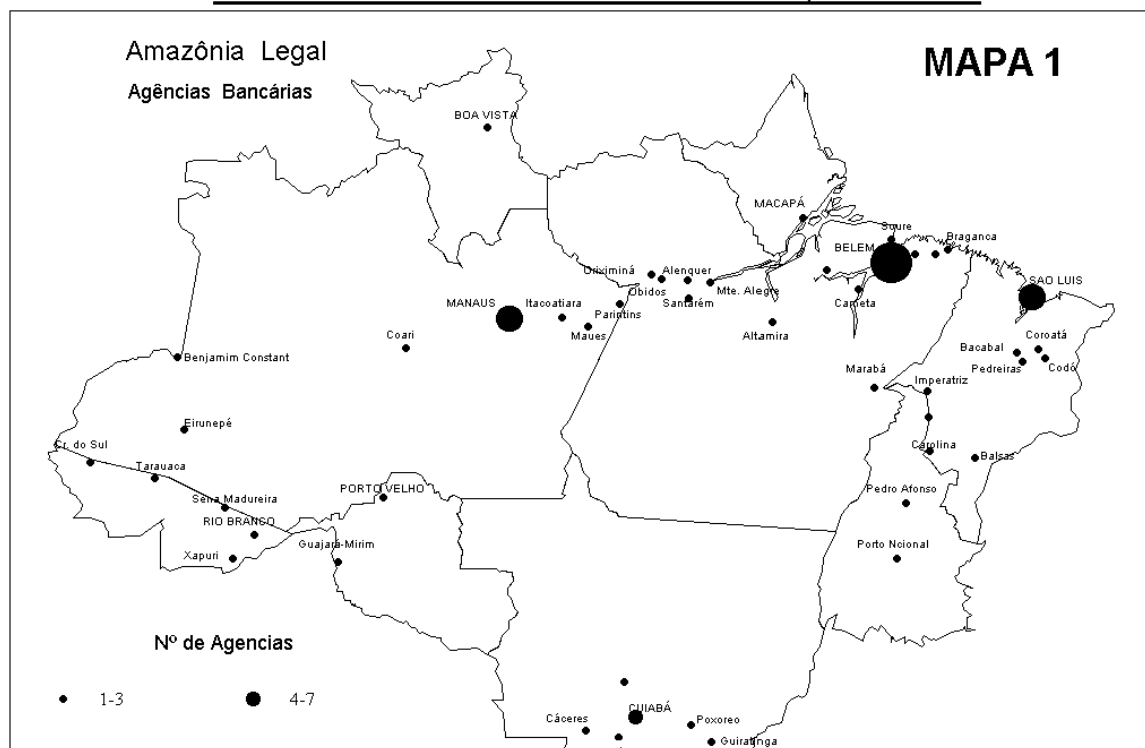
Finalmente, fez-se necessário a construção de tabelas e gráficos, uma vez que estes recursos são de fundamental importância para uma melhor interpretação dos dados coletados. Assim, vislumbrou-se aperfeiçoar a compreensão e análise da Rede de Agências Bancárias na Amazônia Legal numa perspectiva evolutiva.

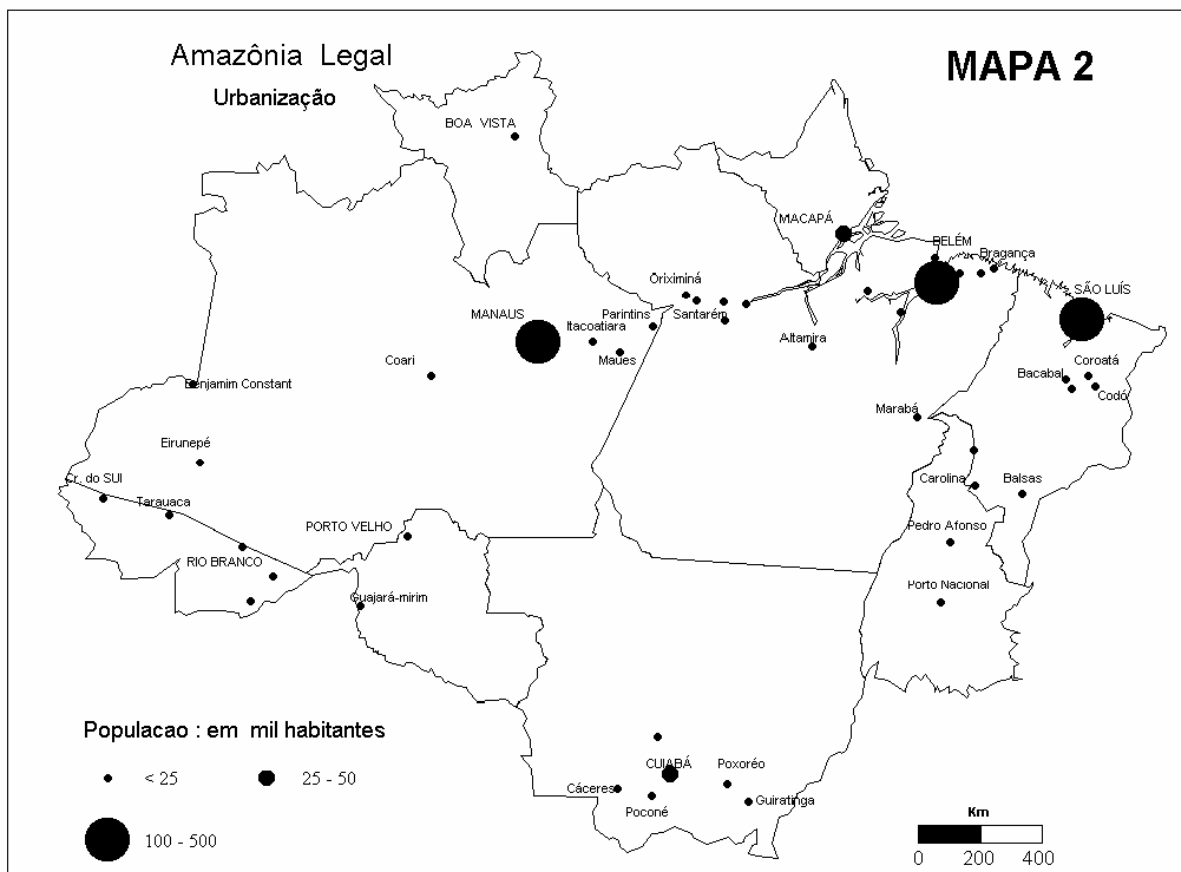
3. DESENVOLVIMENTO

3.1. Evolução da Rede Bancária na Amazônia Legal (1961 – 1995)

Em 1961, a rede bancária incipiente mostrava-se fracamente estruturada, embora alguns bancos como o banco do Brasil e o banco de Crédito da Amazônia já atuassem em escala regional. As únicas cidades que dispunham de mais de oito agências bancárias eram: Belém, Manaus e São Luís, capitais estaduais que já contavam com mais de cem mil habitantes. Belém já começava a se destacar no sistema bancário regional, visto que tal qual Manaus e São Luís, estava em termos de população urbana na classe superior de 100 a 500 mil habitantes e, no entanto, ocupava sozinha a classe superior da rede bancária regional (13 –34). A fraca atuação de bancos na região pode-se explicar também pela fraca ocupação humana na Amazônia Legal, sobretudo nas áreas urbanas. (VIDE MAPAS 1 E 2)

REDE BANCÁRIA E URBANIZAÇÃO - 1961





Em 1971, observa-se uma nítida expansão “horizontal” e “vertical” da rede bancária da Amazônia (SOUTO, 1998), na medida em que aumentou o número de cidades a dispor de agências, além de uma maior hierarquização da rede (Belém já ocupava a classe de 35 a 95 agências). A interferência do Estado foi de fundamental importância para este crescimento, considerando que a partir de 1968, mecanismos fiscais e creditícios, coordenados pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), subsidiaram o fluxo de capital do sudeste e do exterior para a região, através de bancos oficiais, particularmente o Banco da Amazônia (BASA), beneficiando assim o crescimento da rede bancária. Por outro lado, induziu-se a migração através de múltiplos mecanismos, visando ao povoamento e à formação de mão-de-obra, contribuindo para a aceleração do processo de urbanização e o conseqüente crescimento da rede bancária.

Evidencia-se um substancial aumento populacional e bancário em Belém, já considerada como cidade primaz da região. Pode-se constatar que a elevação do número de agências bancárias e de população urbana de Belém é um reflexo positivo da construção da rodovia Belém – Brasília (BR – 010) em 1958 de iniciativa do Ministério dos Transportes,

executada pelo DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) com intuito de implantar um eixo pioneiro para articular a Amazônia Oriental ao restante do país.

Belém é seguida na hierarquia bancária regional por: Manaus, São Luís e Cuiabá, cidade que registrou um crescimento bancário exponencial em relação à década anterior. Em 1961, Cuiabá estava na classe que compreendia 4 a 7 agências e, em 1971, saltou para a classe de 13 a 34 agências bancárias.

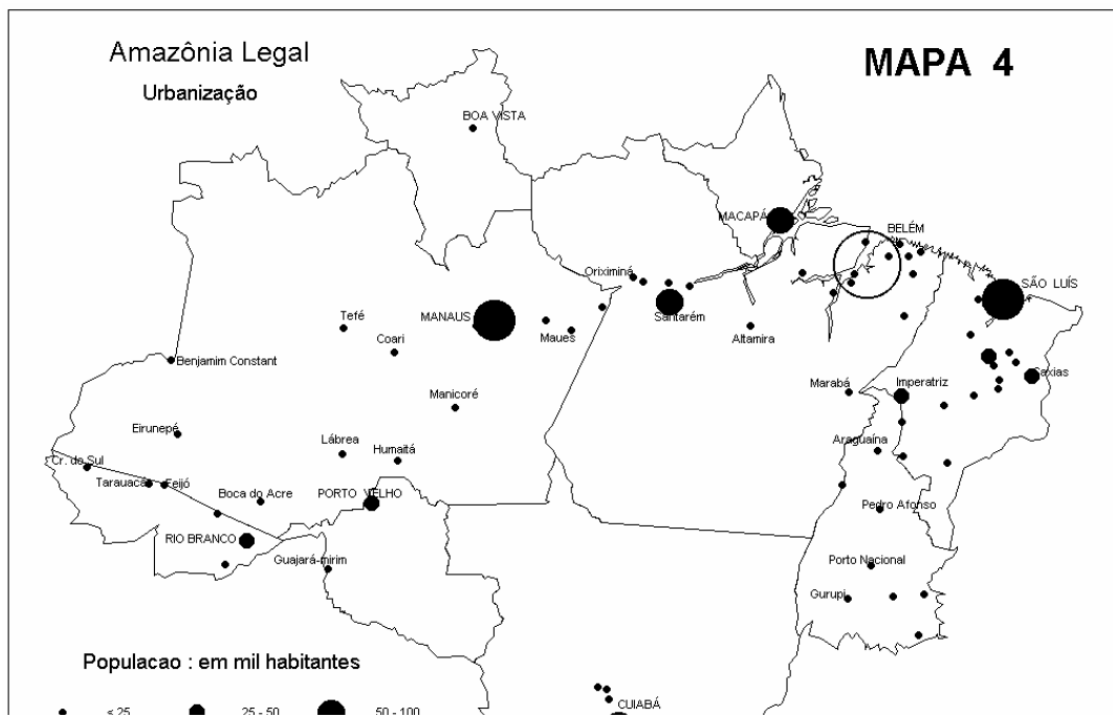
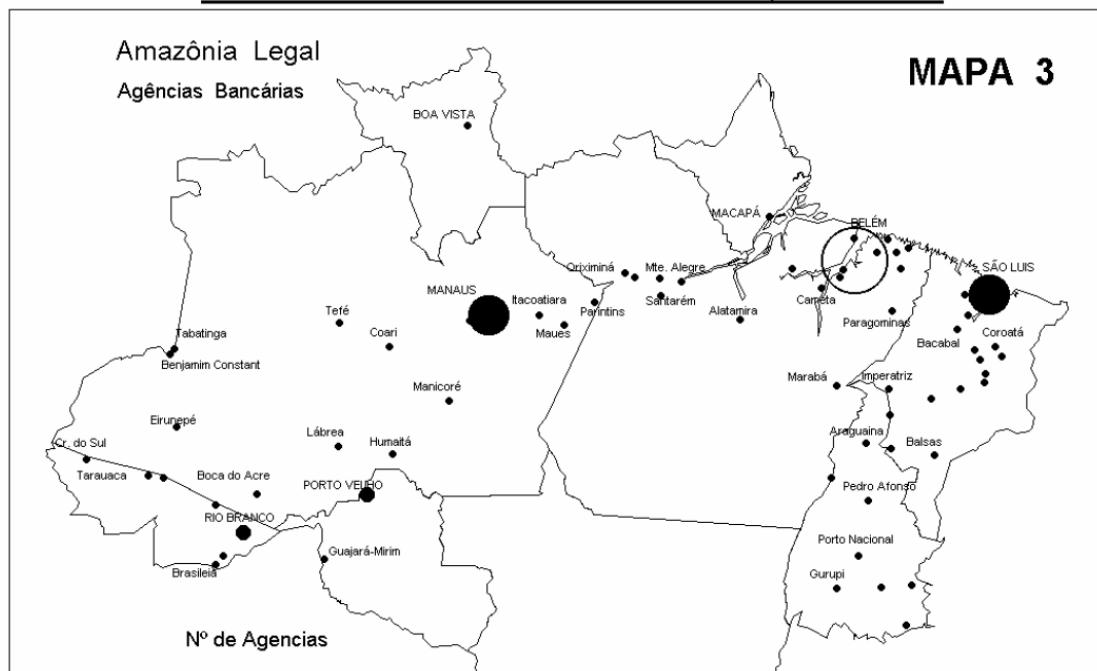
Tal processo de crescimento em Cuiabá pode ser mais bem compreendido devido a implantação de um importante eixo rodoviário (BR – 364) construído com o propósito de gerar um eixo rodoviário para articular a porção meridional da Amazônia. Entretanto, para a explicação do crescimento bancário da referida cidade não ficar restrito à construção da rodovia, basta observar que Santarém, que conta com uma população urbana semelhante a Cuiabá, encontra-se em posição bem inferior a esta cidade na hierarquia bancária da região amazônica. É claro que neste contexto deve-se considerar que Cuiabá é capital estadual e, por isso, concentra muito mais funções urbanas que Santarém, o que explica a supremacia da capital do estado de Mato Grosso sobre esta cidade do Pará.

O sul do estado de Mato Grosso começa apresentar dois importantes centros econômicos regionais – Rondonópolis e Cáceres -, que embora apresente uma população urbana inferior à Macapá, Porto Velho, e Rio Branco, ocupa a mesma posição na hierarquia bancária das duas últimas capitais estaduais, além de possuir um número de agências mais elevado que Macapá. (VIDE MAPAS 3 E 4)

Em 1981, a rede bancária apresenta um grande crescimento horizontal com o surgimento de inúmeras cidades que não integravam a rede. A primazia da rede divide-se entre as cidades de Belém e Manaus, seguidas por São Luís e Cuiabá na classe subsequente.

A primazia da rede bancária divide-se entre Belém e Manaus, seguidas por São Luís e Cuiabá na classe imediatamente inferior. As cidades de Imperatriz e Santarém malgrado já tenham mais de cem mil habitantes, ocupavam o mesmo nível hierárquico na rede bancária que cidades como Guajará-mirim, Cruzeiro do Sul, Humaitá ou Vilhena.

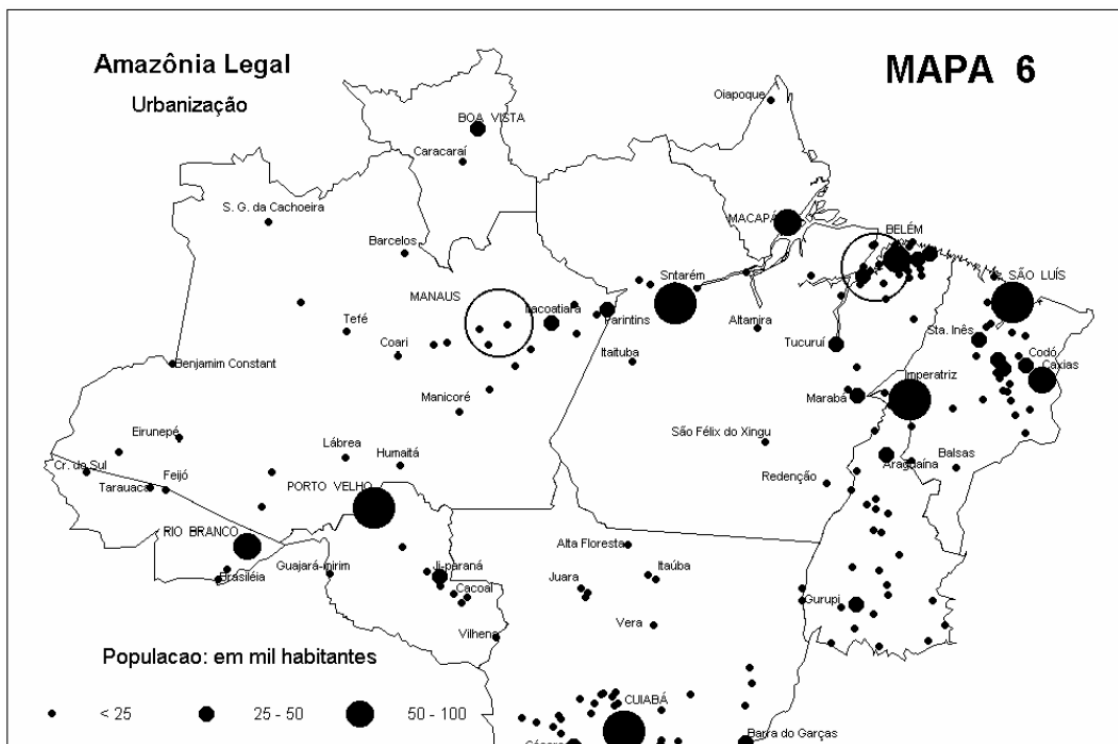
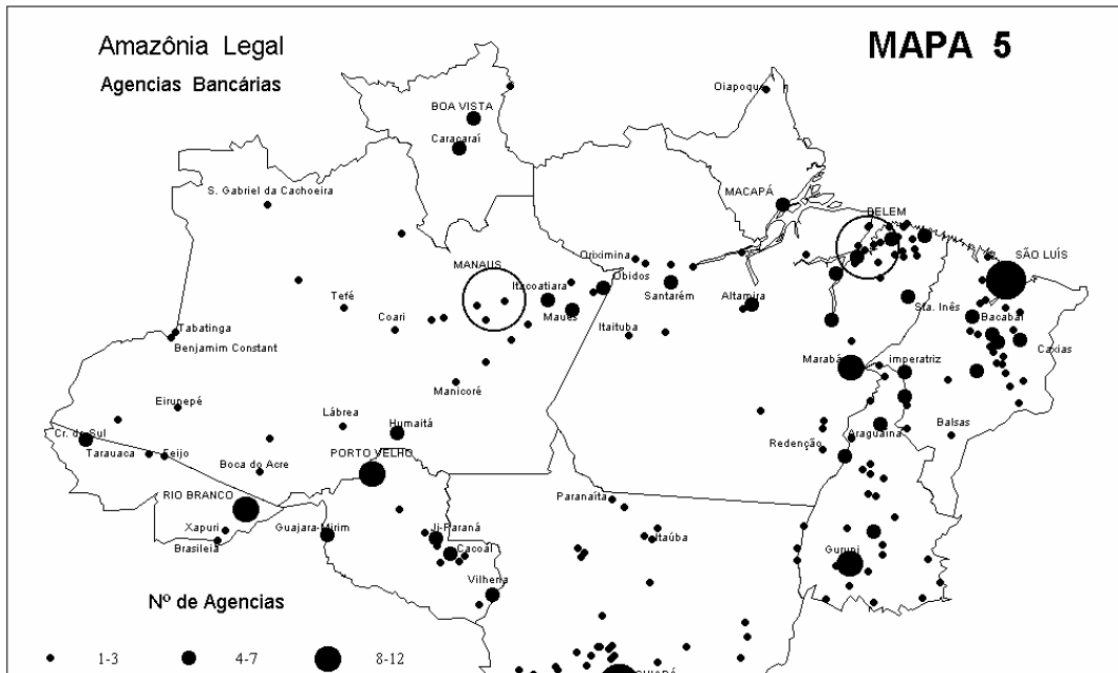
REDE BANCÁRIA E URBANIZAÇÃO – 1971



Os estados que apresentavam a rede mais bem estruturada são: Maranhão, onde entre a capital estadual e os núcleos urbanos de menor densidade bancária existem cidades intermediárias como Bacabal, Santa Inês, Codó e Imperatriz; Mato Grosso que apresenta a cidade de Barra do Garças no nível médio da hierarquia bancária, além de Cáceres e Rondonópolis como já fora mencionado anteriormente.

O estado que apresenta a maior disparidade hierárquica na rede bancária regional é o Amazonas. A cidade de Manaus ocupa o mais alto grau hierárquico da rede bancária da Amazônia e todas as demais cidades ocupam os dois menores graus da rede bancária, fato que evidencia a primazia de Manaus no contexto regional. (VIDE MAPAS 5 E 6)

REDE BANCÁRIA E URBANIZAÇÃO – 1981



Em 1985, a rede bancária da Amazônia legal apresenta nitidamente um crescimento vertical com a incorporação das capitais estaduais São Luís e Cuiabá no mais alto grau hierárquico da rede em relação a 1981. Além disso, cidades como Imperatriz, Marabá, Barra do Garças e Rondonópolis aparecem com destaque na rede bancária regional estando na classe de 13 a 34 agências, comprovando suas importâncias como importantes centros regionais. O crescimento horizontal é mantido, uma vez que continuam aparecendo cidades a dispor de estabelecimentos bancários.

Torna-se imperioso ressaltar o crescimento bancário significativo das cidades rondonianas que estão situadas ao longo da rodovia Cuiabá – Porto Velho: Vilhena, Cacoal e Ariquemes, que apesar de suas respectivas populações urbanas não ultrapassarem a marca dos 25 mil habitantes, assumem importância na rede bancária amazônica, na medida em que estão na classe de 8 a 12 agências, a mesma de capitais estaduais como Boa Vista e Macapá. Tal fato vem comprovar a eficácia da BR – 364, que articulou a porção meridional da Amazônia.

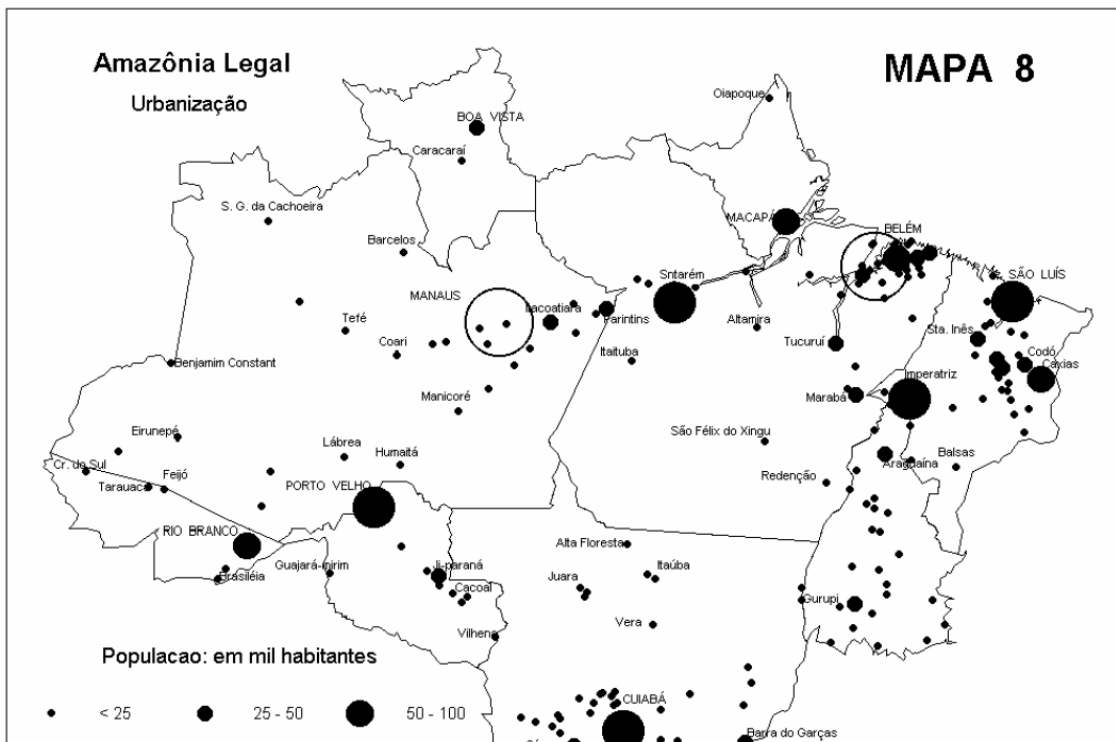
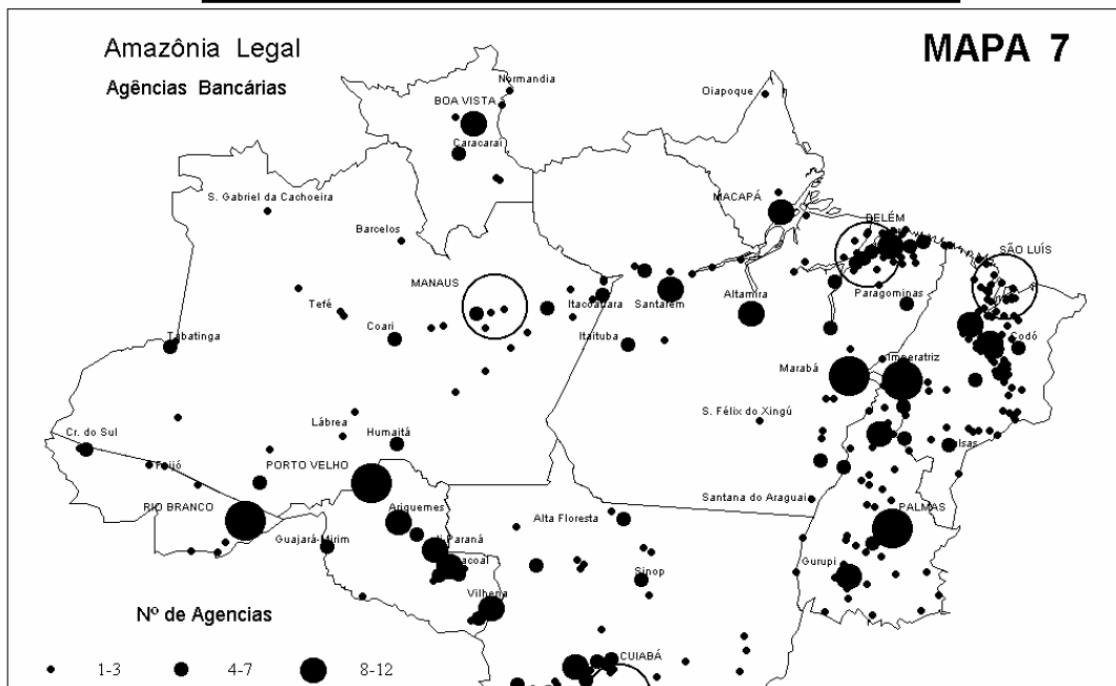
Numa análise mais idiográfica, torna-se importante comparar as cidades paraenses de Santarém e Altamira. Esta não chega ter 25 mil habitantes, entretanto, está na mesma classe hierárquica bancária que Santarém. Isto faz com que se levante a hipótese de que ela se encontrasse em estagnação econômica.

Além dos estados do Pará, Maranhão, e Mato Grosso que já dispunham de uma rede bancária estruturada em 1981 com núcleos urbanos de vários níveis hierárquicos, surge uma melhor estruturação de rede nos estados de Rondônia, e no então estado do Tocantins. O Amazonas prevalece sendo o estado de maior disparidade hierárquica do sistema bancário da Amazônia legal. (VIDE MAPAS 7 E 8)

Em 1995, mantém-se o crescimento horizontal da rede bancária com alguns bancos, principalmente o Banco do Brasil, implantando suas unidades em cidades de modesto nível hierárquico urbano.

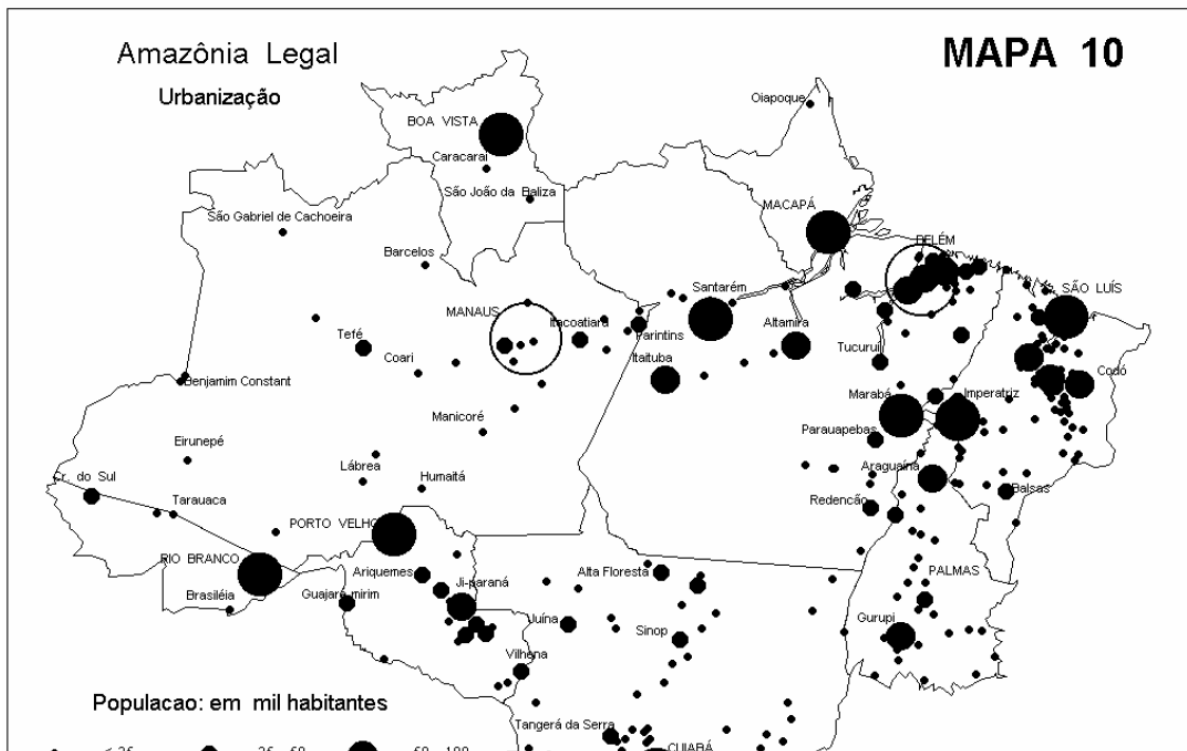
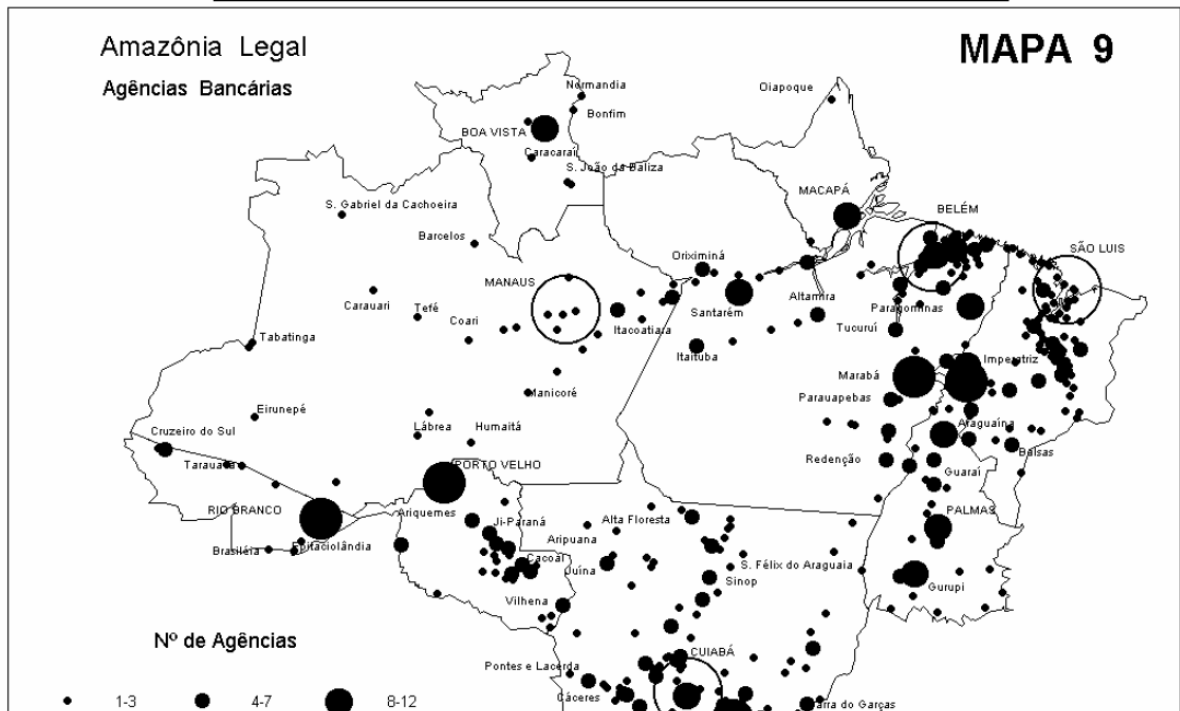
Uma característica marcante neste momento é a perda de inúmeros estabelecimentos bancários por parte de muitas cidades. Ji-paraná, Cacoal, Vilhena e Altamira, estavam na classe de 13 a 34 agências na década anterior. Todavia, decaíram para a classe de 8 a 12 agências no ano de análise em questão, apesar de terem registrado aumento de sua população urbana. (VIDE MAPAS 9 E 10)

REDE BANCÁRIA E URBANIZAÇÃO - 1985



Nota-se uma clara territorialidade bancária ao longo dos principais eixos rodoviários da região. No estado de Mato Grosso isso fica nítido ao se observar as cidades a margem da rodovia Cuiabá – Santarém (BR – 163); em Rondônia ao longo da estrada Cuiabá – Porto Velho (BR – 364); nos estados de Tocantins, Maranhão e Pará no decorrer da rodovia Belém – Brasília (BR – 153); e no Pará ao longo da estrada estadual PA – 475.

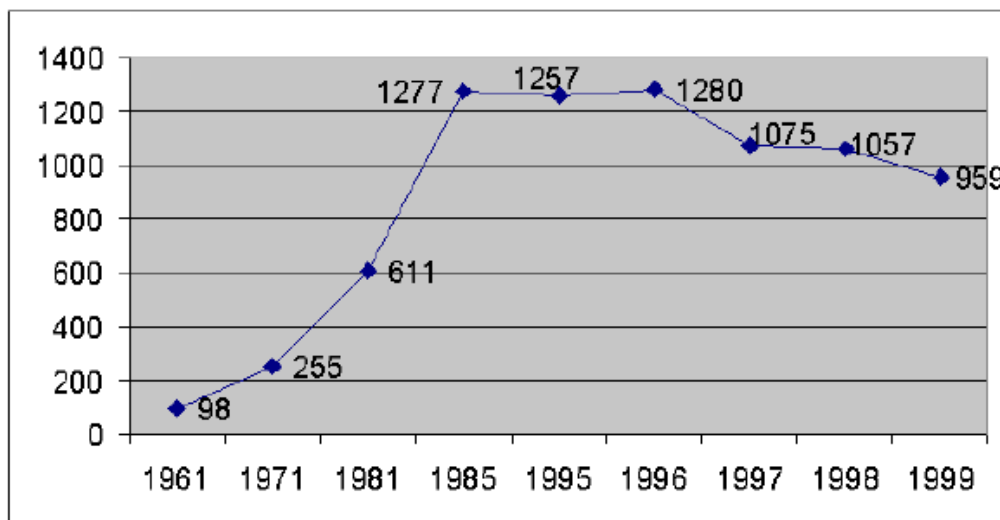
REDE BANCÁRIA E URBANIZAÇÃO – 1995



Por conseguinte, evidencia-se a problemática do presente trabalho, ou seja, a política governamental de integração econômica da região amazônica contribuiu de forma significativa para a expansão da rede bancária na Amazônia Legal. (VIDE MAPA 13)

EVOLUÇÃO DO TOTAL DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS NA AMAZÔNIA LEGAL

GRÁFICO 1

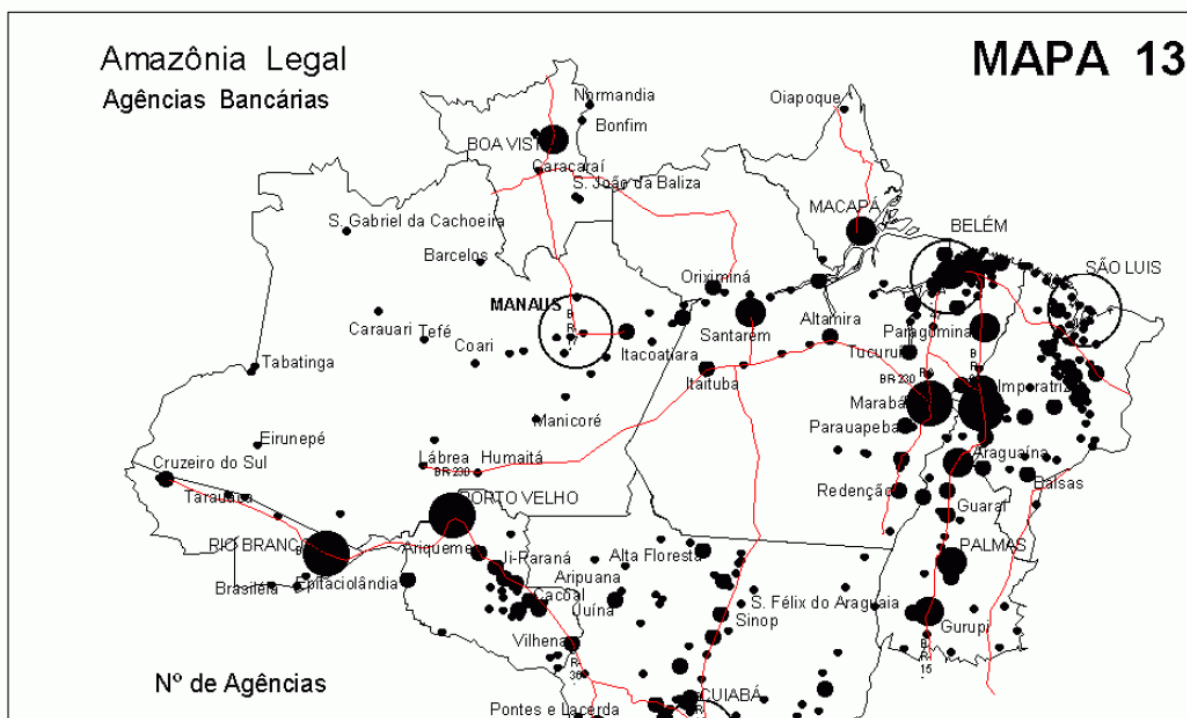


Fonte: Guia Bancário 1961, 1971, 1981, 1985, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999

Baseado no gráfico 1, pode-se verificar duas épocas totalmente distintas. A primeira compreende o ano de 1961 até 1985. Este período caracteriza-se por pesados investimentos públicos na Amazônia Legal com projetos de infraestrutura, expansão do parque industrial, projetos de colonização, entre outros (é bem verdade que já no início dos anos oitenta conflagra-se a crise fiscal do estado, mas o sistema bancário amazônico só sente suas consequências anos mais tarde com a perda de inúmeras agências bancárias). Assim, no período considerado nota-se um aumento exponencial do número de agências bancárias na região devido à entrada gradativa de bancos privados, na medida em que crescia a capitalização de algumas cidades e, principalmente, atuação expressiva dos bancos governamentais, sobretudo do Banco do Brasil e dos Bancos Estaduais.

O outro período é a partir de 1996 quando decresce o número de unidades bancárias na região amazônica. Numa primeira análise poder-se-ia acreditar que este desempenho era incompatível com a principal política financeira adotada pelo governo federal (PROER – Novembro de 1995), uma vez que ela previa a reestruturação e fortalecimento dos bancos mediante fusões e aquisições, tendendo a expandir a quantidade de unidades bancárias. Mas a verdade é que a outra política governamental (PROES - Fevereiro de 1997) acabou prevalecendo sobre a primeira, pelo menos em termos de Amazônia, já que reduziu o setor público estadual na atividade bancária com a transformação dos bancos dos estados de Mato Grosso e Roraima, este em 1998 e aquele em 1997, em agências de fomento; e o fechamento dos bancos dos estados do Amapá em 1998, Acre e Rondônia em 1999.

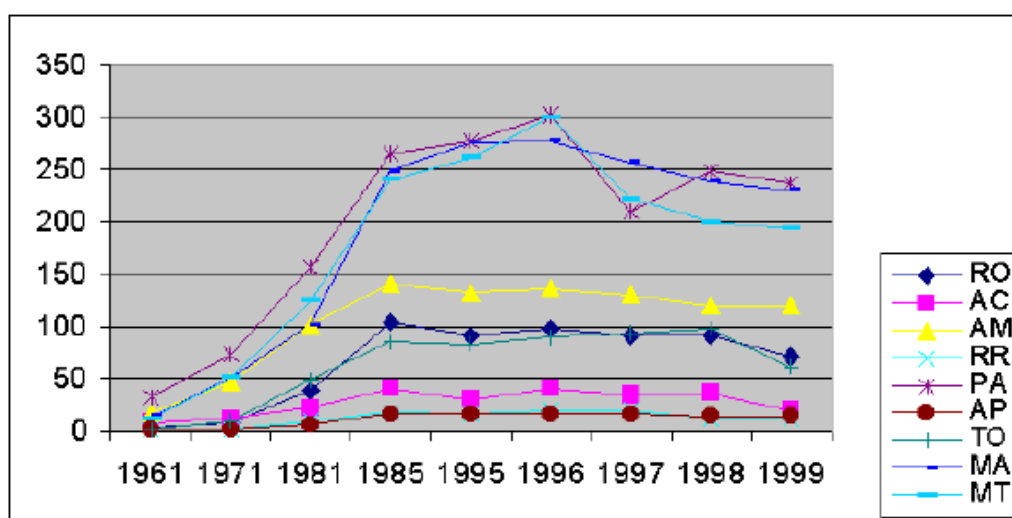
REDE BANCÁRIA E RODOVIAS – 1995



Com base no gráfico 2, nota-se que apesar de pequenas flutuações os estados mais atrasados economicamente da região (Roraima, Amapá e Acre) são os que apresentaram sempre um menor número de estabelecimentos bancários.

EVOLUÇÃO DO TOTAL DE AGÊNCIAS BANCÁRIAS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA LEGAL

GRÁFICO 2



Fonte: Guia Bancário 1961, 1971, 1981, 1985, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999

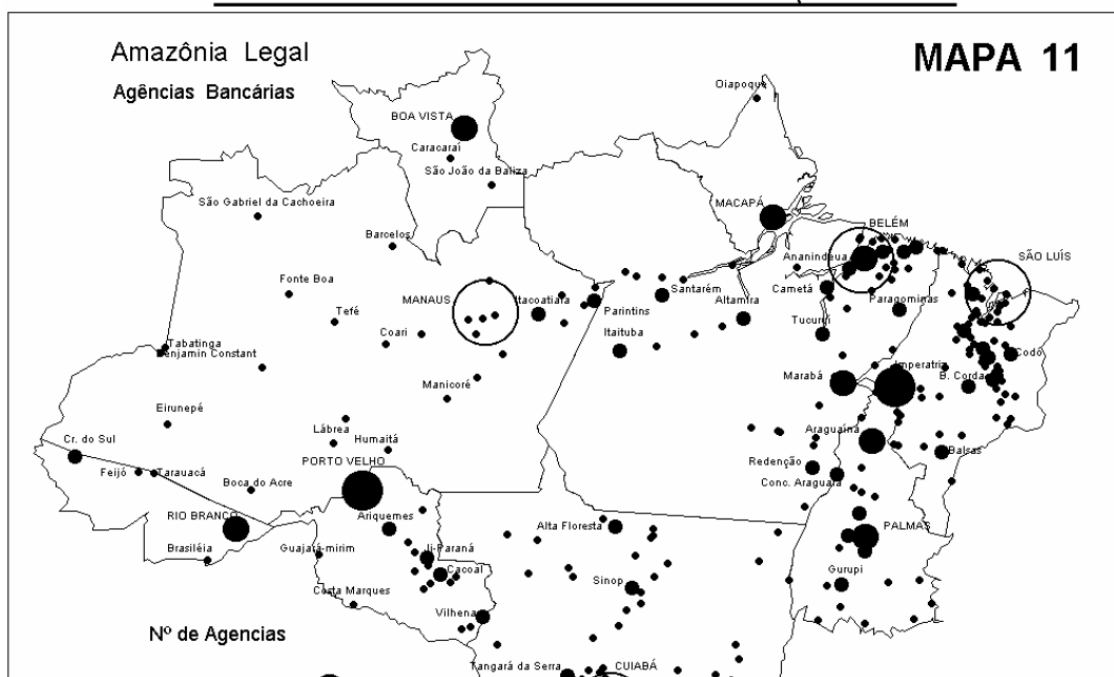
Já no que diz respeito aos estados com maior número de agências bancárias, pode-se verificar que a primazia bancária da região amazônica, excluindo-se o ano de 1997, é do estado do Pará. Este estado é seguido pelo Mato Grosso – estado com maior atuação de bancos privados –, o que comprova seu potencial econômico; além do Maranhão, onde o seu banco estadual (BEM) tem uma densa rede de agências bancárias.

3.2. A Atual Configuração Territorial da Rede de Agências Bancárias e sua relação com o processo de urbanização

A hipótese básica do trabalho como já fora mencionada alhures é a evidência de uma correlação positiva entre o número de agências bancárias e a hierarquia urbana (MAPAS 11 E 12). Quanto maior o tamanho urbano, maior o número de agências bancárias. Quanto mais elevado for o nível hierárquico da cidade, maior será a possibilidade dela atrair clientes e negócios da região sob sua influência. Deste modo, as principais capitais estaduais da região amazônica (Manaus, Belém, São Luís e Cuiabá) têm amplitude máxima de mercado, ou seja, são as cidades com maior densidade bancária da Amazônia legal (35 – 95 agências). Por isso, tais cidades são entendidas como Praças de Concentração Bancária (Tavares, 1996). Isto deve-se ao fato delas serem centros exponenciais das atividades comercial e industrial, desempenhando múltiplas funções de centralidade ao nível local e regional, atraindo, por conseguinte, elevada gama de estabelecimentos bancários em função da necessidade do maior número de operações financeiras aí efetuadas, isto é, em função da velocidade e intensidade com que se processa o ciclo de reprodução do capital.

Numa classe inferior da hierarquia bancária (13 – 34 agências) encontram-se as cidades de Porto Velho em Rondônia e Imperatriz no Maranhão. Aquela assume importância na rede bancária regional pela evidente razão de ser capital do seu estado desempenhando muitas funções urbanas. Ademais, Porto Velho foi palco de inúmeros projetos agropecuários e a pavimentação da BR-364 – “espinha dorsal de Rondônia”- (Castro, 1997) propiciou um aumento populacional decorrente da imigração sulista, necessitando, por isso, de um setor bancário forte. Já a razão do destaque de Imperatriz na rede bancária amazônica deve-se ao fato de sua ampla vocação comercial, fato que requer múltiplas agências bancárias para suprirem a elevada demanda de operações financeiras da cidade.

REDE BANCÁRIA E URBANIZAÇÃO 1999



Na classe subsequente (8 –12) encontram-se as capitais estaduais Boa Vista, Macapá, Palmas, Rio Branco, e as cidades de Ananindeua (PA), Várzea Grande (MT), Marabá (PA), Araguaína (TO) e Rondonópolis (MT), sendo que estas três últimas merecem pelo menos uma breve interpretação. São cidades da média e alta hierarquia urbana com expressivo potencial econômico em termos regionais. São dotadas de atributos que lhe conferem importância no sistema bancário da Amazônia Legal. Marabá possui um amplo setor de comércio e de serviços; Araguaína é a cidade primaz do Tocantins, sendo até mesmo mais importante em termos populacionais e econômicos do que a própria capital do estado, que é Palmas; e Rondonópolis que é atualmente uma plataforma de exportação da soja produzida no cerrado mato-grossense; necessitam de uma rede bancária sólida e estruturada para atender e agilizar as inúmeras operações financeiras que estas cidades requerem.

É importante ressaltar que a correlação positiva descrita anteriormente entre número de agências e tamanho urbano só é aplicável nos níveis superiores da hierarquia urbana. Baseado nesta perspectiva, a variação entre o total de agências bancárias e o tamanho urbano é maior no nível mais baixo da hierarquia urbana (MAPAS 11 E 12).

Para tornar isto inteligível, há de se mencionar que inúmeras cidades da baixa hierarquia urbana (população inferior a 50 mil habitantes), tais como, Apuí e Japurá no Amazonas, Novo Progresso e Jacareacanga no Pará, Centenário e Lizarda no Tocantins, Mal.

Thauma e Jordão no Acre, não possuem agências bancárias. Uma segunda tendência aponta para o fato de outras cidades deste mesmo nível hierárquico urbano possuírem de 1 a 3 agências bancárias, entre as quais se destacam Tabatinga no Amazonas, Costa Marques em Rondônia, e Brasiléia no Acre. Já uma terceira vertente indica que estas cidades pertencentes ao baixo nível da hierarquia urbana possuíam de 4 a 7 agências bancárias, como por exemplo, Cruzeiro do Sul no Acre, Itacoatiara no Amazonas, Vilhena em Rondônia, Alta Floresta em Mato Grosso, entre outras. (VIDE MAPAS 11 E 12)

3.3. Estratégias Locacionais dos Bancos Governamentais e Privados

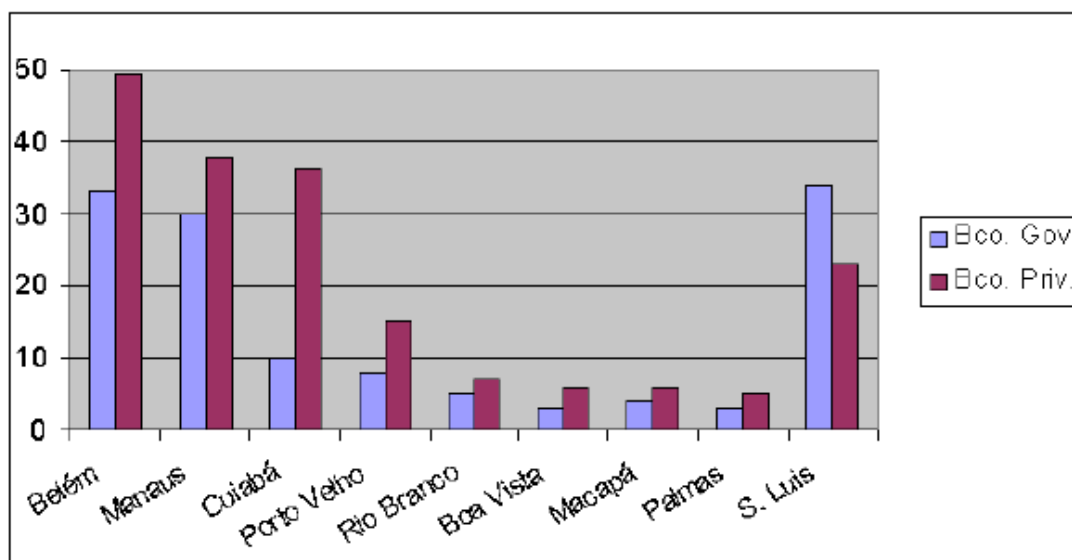
As estratégias de um banco dependem essencialmente dos fatores locacionais. Estes refletem condições de ordem macro e microeconômica como o volume dos negócios e o potencial dos depósitos. Deste modo, há uma valorização diferencial do território, que é condicionada pela política territorial dos bancos e pela extração de ganhos com o mínimo de riscos.

Nesta perspectiva, observou-se a existência de uma distinta estratégia de localização entre os bancos governamentais e privados. Enquanto estes são implantados em função do potencial de negócios dos clientes, aqueles podem ser implantados por motivos político – administrativos. Neste sentido, em consonância com o levantamento dos dados, foi possível observar que as agências dos bancos privados tendem a convergir, sobretudo, para os centros funcionalmente ligados ao circuito de reprodução mais intensivo e veloz do capital. Assim, as capitais estaduais e as cidades da média e alta hierarquia urbana – cidades com alto poder de polarização econômica -, são os espaços privilegiados da localização bancária no setor privado, compatibilizando plenamente com a presença dos principais centros de gestão econômica e financeira dos seus respectivos estados (GRÁFICOS 3 E 4).

Em todas as capitais estaduais as agências dos bancos privados suplantam a dos bancos governamentais, sendo a única exceção a cidade de São Luís. Isto é explicado pelo fato do banco do estado do Maranhão contradizer a tendência nacional de privatização ou mesmo a extinção das instituições bancárias estaduais. Assim, o estado do Maranhão destaca-se dos demais, por ter em um banco estadual a sua maior rede de atendimento, o que habitualmente é um privilégio do Banco do Brasil.

TOTAL DE AGÊNCIAS DE BANCOS GOVERNAMENTAIS E PRIVADOS NAS CAPITAIS ESTADUAIS / 1999

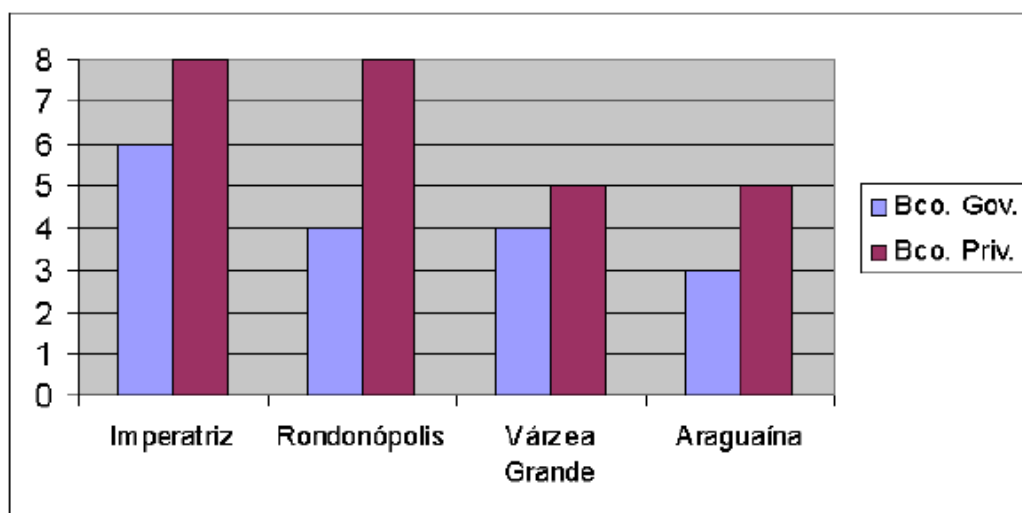
GRÁFICO 3



Fonte: Guia Bancário / 1999

TOTAL DE AGÊNCIAS DE BANCOS GOVERNAMENTAIS E PRIVADOS – CIDADES DA MÉDIA E ALTA HIERARQUIA URBANA / 1999

GRÁFICO 4



Fonte: Guia Bancário / 1999

Nesta mesma perspectiva, há de se mencionar a participação das instituições bancárias por origem do capital. De acordo com a tabela 1, nota-se que os estados mais atrasados economicamente da região têm uma maior atuação dos bancos governamentais. Isto torna-se bastante elucidativo na medida em que, como já fora salientado, os bancos dos estados de Roraima, Amapá e Acre foram extintos (o estado de Tocantins já foi criado

sem um banco estadual). Deste modo, a conclusão que se pode ter, é que mesmo com a ausência dos bancos estaduais, Roraima, Amapá, Acre e Tocantins possuem a maioria de agências de bancos governamentais.

PARTICIPAÇÃO DOS BANCOS POR ORIGEM
DO CAPITAL / 1999

TABELA 1

| Estados | Bancos Privados | Bancos Governamentais |
|-------------|-----------------|-----------------------|
| Mato Grosso | 52% | 48% |
| Amapá | 50% | 50% |
| Roraima | 33% | 67% |
| Tocantins | 32% | 68% |
| Acre | 26% | 74% |

Fonte: Guia Bancário, 1999

3.4. Densidades Bancárias em Estados Selecionados da Amazônia Legal e Nas Suas Respectivas Capitais Estaduais

Um conceito que já foi consagrado por Labasse, 1991 é o de densidade bancária, entendida não como a relação entre quantidade de agências e superfície territorial, mas como a população absoluta e número de agências bancárias.

Dessa forma, pode-se constatar de acordo com a tabela 2, que os estados mais atrasados economicamente da região têm uma maior relação entre população absoluta e número de agências bancárias, isto é, uma menor densidade bancária.

A densidade nestes estados de menor porte econômico é tão baixa que chega ao ponto do estado do Amapá ter apenas 1 agência bancária para mais de 27 mil habitantes.

Por outro lado, no Mato Grosso a relação fica em 1 agência para 11524 habitantes. É bem verdade que em comparação aos centros mais desenvolvidos do Brasil a densidade bancária mato-grossense pode ser considerada baixa. Entretanto, em termos de região amazônica é a mais significativa de todos os demais estados.

DENSIDADE BANCÁRIA NOS ESTADOS

DA AMAZÔNIA LEGAL / 1999

TABELA 2

| Estados | População (em mil habitantes) | Nº De Agências | Pop / Nº de Agências |
|-------------|----------------------------------|-------------------|-------------------------|
| Mato Grosso | 2.235.832 | 194 | 11.524 |
| Amazonas | 2.389.279 | 120 | 19.910 |
| Roraima | 2.471.131 | 12 | 20.594 |
| Acre | 483.593 | 22 | 21.981 |
| Amapá | 379.459 | 14 | 27.104 |

Fonte: Guia Bancário 1999 e Contagem Populacional 1996

DENSIDADE BANCÁRIA NAS CAPITALS ESTADUAIS

DA AMAZÔNIA LEGAL / 1999

TABELA 3

| Capitais Estaduais | População (em mil habitantes) | Nº De Agências | Pop / Nº De Agências |
|-----------------------|-----------------------------------|-------------------|-------------------------|
| Cuiabá | 433.355 | 46 | 9.420 |
| Manaus | 1.157.357 | 68 | 17.019 |
| Boa Vista | 165.518 | 9 | 18.390 |
| Rio Branco | 228.857 | 12 | 19.071 |
| Macapá | 220.962 | 10 | 22.096 |

Fonte: Guia Bancário 1999 e Contagem Populacional 1996

Observando a tabela 3, conclui-se que há uma proporcionalidade entre as densidades bancárias dos estados com a das suas respectivas capitais estaduais. Dessa maneira, as capitais dos estados mais atrasados economicamente (Macapá, Rio Branco e Boa Vista) têm uma menor densidade bancária.

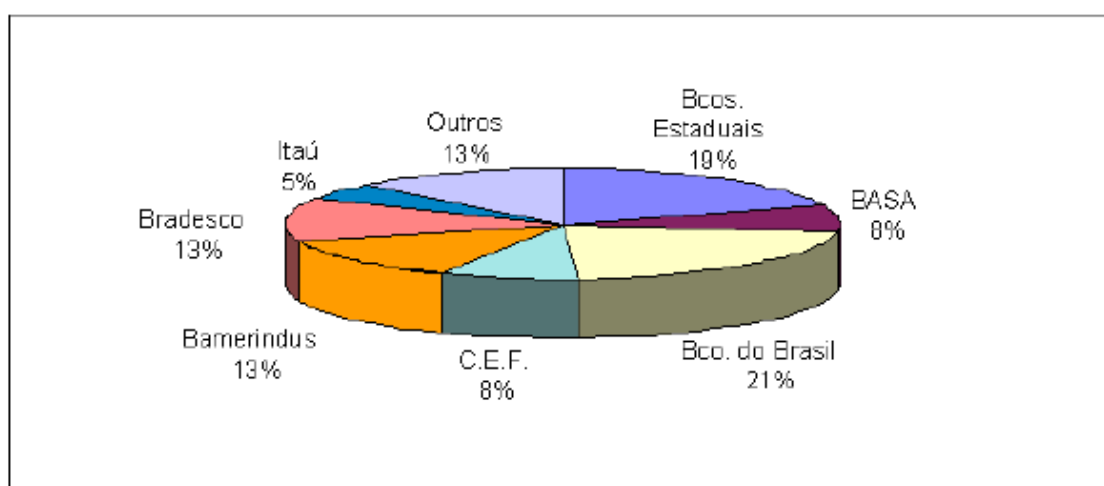
A densidade bancária da capital do Amapá, a cidade de Macapá, é tão reduzida que há uma só agência para mais de 22 mil habitantes. Em compensação a densidade bancária de Cuiabá é de uma agência para menos de 9500 habitantes.

3.5. Bancos Atuantes na Amazônia Legal

Baseado nos gráficos 5, 6 e 7, que representam os anos de 1995, 1997 e 1999, respectivamente, pode-se notar que a presença dos bancos governamentais (Bancos Estaduais, BASA, Bco. do Brasil, e a C.E.F) sempre foi maior que a dos privados (Bamerindus, e após 1997 HSBC; Bradesco; Itaú; e Outros, que incluem os bancos Real, Excel, ABN AMRO, Boavista, Mercantil de São Paulo, Sudameris Brasil, Safra, Pontual, Dibens, Itamarati, General Motors, Cidade, América do Sul, Autolatina e Francês e Brasileiro.

GRÁFICO 5

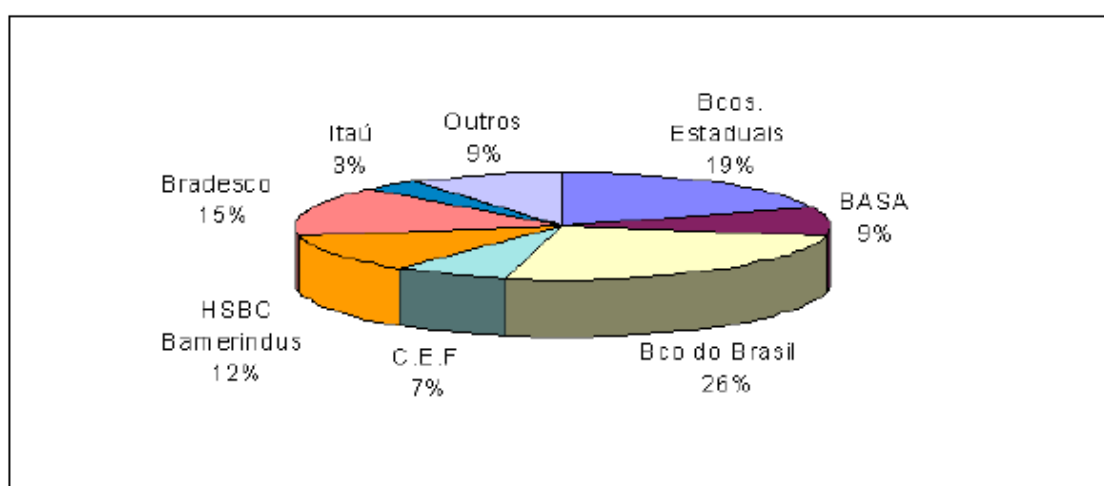
1995



Fonte: Guia Bancário 1995

GRÁFICO 6

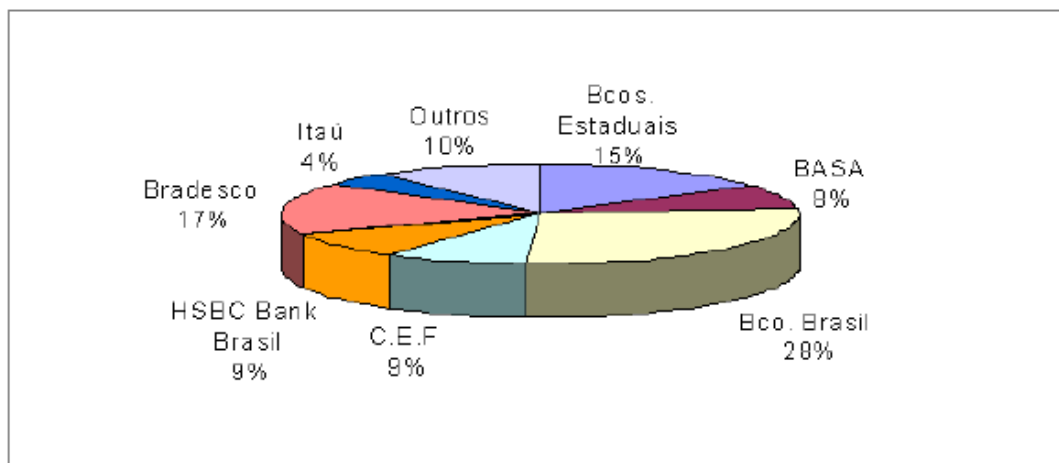
1997



Fonte: Guia Bancário 1997

GRÁFICO 7

1999



Fonte: Guia Bancário 1999

Em 1995, somados os percentuais dos bancos governamentais, nota-se que o poder público detêm 56% do total das instituições bancárias instaladas na Amazônia Legal. Em 1997, este percentual aumenta para 61%, e em 1999, o total de agências bancárias dos bancos governamentais é de 60% na região.

O Banco da Amazônia (BASA) – instituição profundamente enraizada na Amazônia Legal - apresenta nos três anos analisados um comportamento bastante homogêneo, tendo 8% de participação em 1995, 9% em 1997 e 8% em 1999. Esta instituição tem um papel significativo na integração da economia regional ao mercado econômico nacional, visto que é o agente jurídico principal que permitiu que os fluxos de capitais subsidiados pelo governo federal oriundos do sudeste e do exterior chegassem à Amazônia. Além disso, o Banco da Amazônia é a instituição autorizada a prestar os serviços e realizar todas as operações inerentes à atividade bancária, inclusive de câmbio, que estiverem relacionadas com o desenvolvimento econômico e social da região amazônica.

A Caixa Econômica Federal, com 8%, 7% e 9% em 1995, 1997, 1999, respectivamente, tal qual o BASA, também tem uma participação homogênea na região no período considerado. Sua principal característica é o financiamento para projetos de implantação, modernização e ampliação de empreendimentos de empresas. A Caixa Econômica Federal também financia bens, serviços e capital de giro⁷ para projetos de micro e pequenas empresas, além de operações inerentes ao crédito pessoal e imobiliário.

⁷ Corresponde as despesas correntes de uma empresa, isto é, a parte contábil responsável, por exemplo, pelo pagamento de impostos e funcionários.

O comportamento dos Bancos estaduais é algo que merece destaque. Com um percentual de 19% em 1995 e 1997, a atuação destes bancos é reduzida para 15% em 1999. Isto é explicado pela política financeira do governo federal, o qual delegou poderes ao Conselho Monetário Nacional (CMN) para reduzir a presença do setor público estadual na atividade financeira - bancária mediante a liquidação extrajudicial, privatização ou transformação em agência de fomento⁸. Nesse contexto, em 28.02.1997, foi editada a Resolução nº 2.365, que instituiu o Programa de Incentivo a Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária (PROES).

A verdade é que os bancos estaduais da Amazônia Legal que foram liquidados, como foi o caso dos estados do Acre e Amapá; do Banco do Estado de Rondônia (BERON) que teve sua autorização de funcionamento cancelada após três anos de administração especial.

Já o Banco do Brasil é o maior controlador das agências bancárias na Amazônia Legal, tanto no âmbito dos bancos governamentais quanto privados. De 21% em 1995, sua participação sobe para 26% em 1997 e chega aos 28% em 1999. Faz parte da estratégia do governo federal estender cada vez mais a rede de agências do Banco do Brasil, até mesmo para aqueles povoados mais longínquos, como forma de integrá-los aos centros econômicos de maior desenvolvimento. Nesta perspectiva, é de praxe o referido banco instalar em zonas desassistidas pelo atendimento bancário as chamadas agências pioneiras. Isto significa que o Banco do Brasil monopoliza financeiramente estes espaços ainda não cobertos pelo atendimento bancário, ou seja, capta com exclusividade as operações financeiras aí efetuadas.

Além disso, o papel do Banco do Brasil transcende o de mero intermediador financeiro para se estender por uma variada atuação, comprometida com o desenvolvimento brasileiro. É o principal agente na execução de políticas públicas no Brasil, sendo o principal parceiro dos municípios do País. Além de centralizar o pagamento do funcionalismo público, a instituição em pauta tem a função de custeio para as atividades agrícolas e pecuárias, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que visa dar apoio financeiro aos produtores rurais que utilizem basicamente de mão-de-obra familiar. Isto explica a atuação expressiva do

⁸ Instituição financiadora de projetos econômicos.

Banco do Brasil tanto nas cidades da alta hierarquia urbana, como nas de média e baixa hierarquia urbana da Amazônia Legal.

Com relação aos bancos privados que atuam na região, tem-se numa posição mais modesta o Itaú, que em 1995 tem 5%, 3% em 1997 e 4% em 1999 do controle total de agências bancárias atuantes na Amazônia.

Em 1995, o então Bamerindus controlava 13% do total das agências bancárias da região amazônica. Em 1997, este banco é comprado pela instituição bancária britânica HSBC, que reduz sua participação para 12%, e 1999 para 9% já com o nome de HSBC Bank Brasil. Este decréscimo significativo na sua atuação deve-se ao fato de que, quando o HSBC incorporou o Bamerindus acabou com o mercado cativo⁹ que esta instituição mantinha no estado do Tocantins (O Bamerindus contava com 42 agências bancárias no estado em 1995, e em 1999, o HSBC Bank Brasil contava com apenas 3 agências).

O Banco de capital privado com maior atuação na Amazônia Legal é o paulista Bradesco. Em 1995, já controlava o equivalente a 13% do total de agências bancárias situadas na região. Em 1997, este percentual sobe para 15%, e em 1999 alcança o controle de 17% do total de estabelecimentos bancários da Amazônia. Isto oportunamente vem comprovar o “poder de fogo” deste banco, que é o maior conglomerado bancário privado do País, sendo líder no mercado de seguros e de previdência privada. Além disso, outro atributo do Bradesco que o credencia a ser o banco privado com maior atuação em território amazônico é o de ser a instituição financeira com a genuína vocação bancária de captação da poupança popular. Tal fato justifica a presença de agências do banco em tela mesmo em diversos núcleos urbanos menos desenvolvidos economicamente.

Um fato que não se pode negligenciar em termos do atual sistema bancário-financeiro é a sua capacidade de penetrar em todas as regiões do planeta. Sendo assim, a Amazônia brasileira tem nos últimos anos assistido à entrada gradativa em seu território de elevada gama de bancos privados estrangeiros. Dentre outros, destacam-se como os mais atuantes na região, o londrino HSBC Bank Brasil; ABN AMRO Bank/Real; o espanhol Bilbao Vizcaya; o Bandeirantes e o Sudameris.

Baseado no gráfico 8, nota-se um aumento exponencial de agências de bancos privados no ano de 1998. Isto se deve principalmente à compra do Bamerindus pelo HSBC. Já no

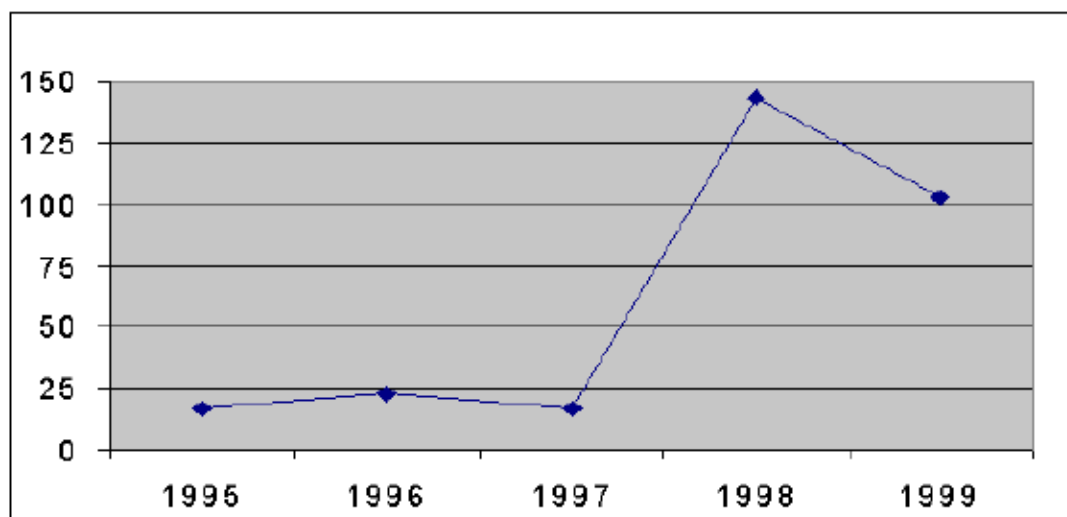
⁹ Região que está sujeita à ação dominante ou exclusiva de um único banco.

ano posterior o total de agências de bancos privados internacionais decresce devido ao fechamento do mercado cativo – estado de Tocantins -, que esta instituição mantinha, conforme já fora salientado anteriormente.

É de extrema importância salientar que este aumento do total de unidades bancárias privadas estrangeiras não é uniforme em toda região amazônica, isto é, só há agências destas instituições nas cidades que têm elevado dinamismo econômico, que são as capitais estaduais e as cidades da alta hierarquia urbana.

EVOLUÇÃO DO TOTAL DE AGENCIAS DE BANCOS PRIVADOS ESTRANGEIROS / 1995 - 1999

GRÁFICO 8



Fonte: Guia Bancário, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999.

CONCLUSÕES

O estudo da rede bancária na Amazônia Legal mostrou-se esclarecedor, na medida em que foi possível associar a estruturação da rede de agências bancárias da Amazônia com o processo de urbanização e com as políticas governamentais implementadas com o intuito de integrar esta região ao mercado econômico nacional.

Assim, pode-se concluir de uma maneira preliminar que o núcleo urbano aparece com um poderoso fator de atração das agências bancárias, uma vez que com o incremento da urbanização houve o aumento gradual de agências bancárias conforme mostraram os mapas encontrados em anexo.

As principais capitais estaduais da região amazônica (Manaus, Belém, São Luís e Cuiabá) são as praças bancárias com o mais alto índice de concentração de agências. Como importantes centros da atividade bancária em termos regionais apareceram também as cidades de Rondonópolis e Várzea Grande (MT), Marabá (PA) e Imperatriz (MA). Estas cidades assumem importância na rede bancária da Amazônia legal, uma vez que possuem estabelecimentos bancários em maior quantidade que as próprias capitais estaduais Boa Vista, Macapá e Rio Branco (MAPA 11). Isto vem oportunamente comprovar que elas são importantes centros da economia regional desempenhando várias funções urbanas.

O Plano de Integração Nacional (PIN, 1970), os projetos agropecuários diversos implantados na região e os incentivos fiscais e creditícios do Estado, permitiram a implantação da rede bancária na Amazônia Legal, integrando, desta forma, a região ao mercado econômico nacional. Dentro deste viés, evidenciaram-se as redes de integração espacial instaladas na Amazônia (rodoviária, telecomunicações, urbana) como autênticas forças estruturantes da rede de agências bancárias na Amazônia Legal.

Menção especial merece a rede rodoviária implantada pelo Plano de Integração Nacional (PIN – 1970). Concluiu-se que existe uma nítida territorialidade das agências bancárias ao longo dos principais eixos rodoviários da região (BR-364, Cuiabá – Porto Velho; BR-163, Cuiabá – Santarém; BR-230 Transamazônica; BR-153, Belém – Brasília) conforme mostrou o mapa 13, que contribuíram para o estreitamento das relações econômico-financeiras da região amazônica com o resto do país, ocasionando uma maior fluidez do território.

Ficou evidente uma nítida diferenciação na estratégia de localização bancária: enquanto os bancos privados privilegiam, sobretudo, o potencial de negócios dos clientes; os governamentais podem ser implantados por motivos político-administrativos.

A partir disso, também se constatou que os bancos privados tendem a privilegiar as cidades com maior poder de polarização econômica. A extração de ganhos elevados com o mínimo de riscos parece explicar a estratégia dos bancos privados em atuar nas cidades de maior poderio econômico. As agências dos bancos privados superam a dos públicos em todas as capitais estaduais, executando-se São Luís, capital do Maranhão. Como já foi explicado, isto se deve a presença marcante do banco do estado do Maranhão que possui a mais densa rede de agências bancárias do estado.

Mesmo sem contar com seus respectivos bancos estaduais, já que foram liquidados extra-judicialmente por meio da política financeira federal, comprovou-se que os estados mais atrasados economicamente da região têm uma maior presença de bancos governamentais.

Constatou-se que entre os bancos privados que operam na região amazônica o Bradesco é o mais expressivo. Isto se deve ao fato desta instituição possuir algumas características que merecem destaque, tais como:

- controla a mais densa rede de agências bancárias dentre os bancos de capital privado que atuam na Amazônia Legal;
- tem o maior número de unidades bancárias em localizações exclusivas¹⁰ *;
- está fortemente inserido não só nas maiores cidades, mas também nos espaços extra-metropolitanos, em todos os níveis da hierarquia urbana.

Já o banco governamental mais presente no espaço amazônico é o Banco do Brasil. Com suas múltiplas funções administrativas (pagamento do funcionalismo público), sociais (programas educacionais) e de custeio (financiamento a pequenas e médias empresas), é o principal agente executivo no tocante as políticas públicas do país, estando, por isso, profundamente enraizado no território brasileiro com a mais densa rede de agências bancárias da Amazônia Legal.

¹⁰ Em 1999, o Bradesco possuía agências até mesmo em núcleos urbanos em que o próprio Banco do Brasil não atendia, como por exemplo, as cidades de Colorado do oeste e Espigão do Oeste em Rondônia; Jacundá, Ourilândia do Norte e Tucumã; Palmeirópolis no Tocantins; Alto Taquari, Cláudia, Jangada, Marcelândia, Novo São Joaquim, Peixoto de Azevedo, Ribeirão Cascalheira, Santa Carmem e Vera no estado de Mato Grosso.

Por último, ficou comprovada a hipótese que os estados menos capitalizados da região (Roraima, Acre e Amapá) têm um menor número de agências bancárias. A mesma hipótese serve para as suas respectivas capitais estaduais (Boa Vista, Rio Branco e Macapá). Assim, os estados menos desenvolvidos economicamente da região têm uma menor densidade bancária, assim como as suas capitais estaduais. Ao contrário, notou-se que o estado mais avançado economicamente (Mato Grosso) tem uma maior densidade bancária, sendo que sua capital Cuiabá tem também uma maior densidade bancária. Desta forma, há uma proporcionalidade entre as densidades bancárias dos estados com a das suas respectivas capitais estaduais.

Por último, vale ressaltar que o presente trabalho não pretende ter a presunção de ser considerada uma obra perfeita e completa. Pelo contrário, ele se encontra ainda num estágio embrionário. Entretanto, todas as imperfeições encontradas aqui e a plena continuação da pesquisa serão alvo de intensos e minuciosos estudos que serão realizados na tese de mestrado a ser desenvolvida.